

PAPEL DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL: a experiência de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo¹

Joaquim Alves Ferreira²
João Luiz Cardoso³

1 - INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRs) constituem instrumentos fundamentais, utilizados pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), integrando ações de assistência técnica, pesquisa, treinamento e infra-estrutura, de forma descentralizada. Dada a respectiva importância para o setor rural, demonstrada ao longo dos anos, os planos passaram a ser obrigatórios a partir da promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

O CMDR é um órgão consultivo criado pelo Poder Legislativo Municipal, tendo seu valor relacionado a um processo geral de desenvolvimento do meio rural vinculado às diretrizes do Plano Diretor Municipal (PDM).

O papel do conselho na política agrícola municipal é o de gestor do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR), integrado ao PDM, responsável pela coordenação na elaboração do plano, fiscalização, acompanhamento e avaliação das ações programadas e executadas no meio rural, com a participação efetiva dos produtores e da sociedade.

O PMDR é um dos principais instrumentos utilizados pelo CMDR para estimular a articulação e a participação das forças locais ligadas ao meio rural, com a finalidade de promover o desenvolvimento local.

Novas estratégias locais para os países

em desenvolvimento redefiniram o papel dos municípios como lugar de comando e de gestão sobre o planejamento. Os municípios são os elos de uma rede, formando um espaço regional ou nacional. As articulações do local com o global condicionam as exigências de modalidades de ações a serem programadas e implantadas. A idéia do desenvolvimento que se encerra apenas nos limites administrativos de um município passa a ser excluída.

A partir do ano de 2001, com a nova Lei autodenominada Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, em seu artigo 41, inciso I), há exigência de que todos os municípios com mais de 20 mil habitantes consolidem o plano diretor de desenvolvimento, para terem acesso a programas públicos de desenvolvimento e de transferências de recursos federais (BRASIL, 2001). Essa prática reforça o estímulo à elaboração de planos diretores agrícolas municipais, direcionando as políticas urbanas, rurais e de meio ambiente para o desenvolvimento dos municípios.

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo, por intermédio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), iniciou, em 1992, um processo de reestruturação da instituição, no qual se previa a criação de 40 Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural (CRDRs), tendo como sedes as 40 unidades administrativas dos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs). Recomendava-se também a criação de um CMDR em cada município do Estado de São Paulo (BRASIL, 1995).

Adiante-se que instituições governamentais de pesquisa elaboraram uma metodologia e um software que permitem informatizar e organizar banco de dados agrícola, do município, para auxiliar a elaborar diagnóstico e plano diretor⁴.

¹Este trabalho é parte da dissertação de mestrado do primeiro autor junto à Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI/UNICAMP), (FERREIRA, 2002). Os autores agradecem a Nelson Batista Martin, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA), a leitura da versão original deste trabalho e as valiosas sugestões apresentadas.

²Engenheiro Agrônomo, Mestre, Extensionista - SAA/CATI - Casa da Agricultura de Espírito Santo do Pinhal, SP (e-mail: jalves@dglnet.com.br).

³Engenheiro Agrônomo, Professor Titular, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAGRI) (e-mail: cardoso@agr.unicamp.br).

⁴Sistema PDAM 2.1 - Informações disponíveis em <http://www.iea.sp.gov.br/out/isoft.htm>

Para melhor compreensão do tema, foram consultados estudos históricos sobre a origem e o funcionamento dos Conselhos Agrícolas e, em especial, do CMDR de Espírito Santo do Pinhal, procurando recuperar suas características e suas ações voltadas para a necessidade da organização e da participação dos produtores nesse sistema, para promover o desenvolvimento local e regional.

O surgimento dos primeiros Conselhos Municipais no Estado de São Paulo se deu a partir da instituição das Comissões de Agricultura, que remontam ao começo do século XX (FUNDAÇÃO FARIA LIMA, 1994).

No município onde se aplica o presente estudo, Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo, o Conselho Agrícola Municipal (CAM) foi criado em 1990, a partir do fórum de debates realizado em 1989, e contou com a participação das lideranças municipais, regionais, estaduais e dos produtores rurais.

Essa iniciativa tinha como proposta contribuir para o processo de mudanças do meio rural quanto aos aspectos econômicos, sociais e de melhoria da qualidade de vida, respeitando as condições ambientais.

A análise do histórico de vários conselhos evidencia que as falhas mais comuns são falta de participação dos produtores nas ações dos conselhos municipais, falta de executores para realizar as atividades programadas, pouca divulgação dos trabalhos, desconhecimento do papel dos conselhos e falta de mecanismos adequados para articular as forças locais ligadas ao meio rural. Estes fatores dificultam a coordenação e execução das atividades programadas, e, principalmente, a continuidade na implantação de projetos e ações que contribuam para o processo de desenvolvimento do município e da região. A hipótese provável é a de que as decisões e ações do Conselho, quando tomadas de forma participativa e em nível local, influenciam, de maneira mais eficaz, o desenvolvimento do município e da região, do que as ações idealizadas e propostas a partir de origens externas, de natureza pública ou privada, com falhas no processo participativo.

Este estudo tem o principal objetivo de analisar de que maneira as funções do conselho são executadas, no sentido de contribuir para o processo de desenvolvimento sustentável local,

no Município de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo.

Busca-se, de forma específica, abordar fatos relacionados à origem e ao processo de evolução dos Conselhos Regionais e Municipais de Desenvolvimento Rural no Estado de São Paulo, enfatizando, em particular, a situação do CMDR de Espírito Santo do Pinhal, e procurando destacar ações facilitadoras e entraves existentes para o melhor desempenho das suas funções.

2 - METODOLOGIA

Os elementos básicos de consultas e análises para o desenvolvimento desta pesquisa, considerando-se os objetivos propostos, foram obtidos com os seguintes procedimentos: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos com os conselheiros e os produtores rurais. Foram analisados os seguintes documentos: Lei Orgânica do Município de Pinhal, Plano Diretor Municipal, Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, Legislação Municipal sobre Planos e Conselhos Agrícolas, Regimento Interno do Conselho e Livro de Atas de Reuniões do Conselho. Especial atenção foi dada à documentação bibliográfica existente na Casa da Agricultura de Espírito Santo do Pinhal, envolvendo levantamentos, planos, projetos, registros em fichas, consultas ao pessoal técnico e administrativo, às Constituições Federal e Estadual, Legislação Estadual, Municipal e demais levantamentos, de âmbitos: estadual, regional e municipal.

A infra-estrutura de produção do município de Espírito Santo do Pinhal é representada por 633 unidades produtivas agrícolas, distribuídas em seis estratos de área (Tabela 1).

Para viabilizar a pesquisa, foi efetuado o levantamento local, exploratório, qualitativo e quantitativo, com a finalidade de obter os dados primários do CMDR de Espírito Santo do Pinhal, e a busca documental dos dados históricos secundários identificados na origem, evolução, funcionamento e situação atual dos CMDRs do Estado de São Paulo.

Constituíram base para o estudo os nove conselheiros do CMDR e produtores de 10% das 633 unidades de produção agrícola do

TABELA 1 - Estratificação do Universo e Número de Unidades de Produção Amostradas de Acordo com a Área, Município do Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo

Estratos das unidades de produção (ha)	Unidades de produção (n.)	Participação %	Unidades de produção amostradas (n.)
$0 < X \leq 5,0$	105	16,59	10
$5,0 < X \leq 20,0$	212	33,49	21
$20,0 < X \leq 50,0$	144	22,75	14
$50,0 < X \leq 88,0$	57	9,00	6
$88,0 < X \leq 500,0$	99	15,64	10
$500,0 < X \leq 1.000,0$	16	2,53	2
Total	633	100,00	63

Fonte: Prefeitura (1996) e dados da pesquisa.

município de Espírito Santo do Pinhal. Os dados foram obtidos por meio de questionários, referentes ao ano agrícola 2000/01.

O método adotado foi o não probabilístico e a amostragem foi por cotas. Devido às dificuldades de obtenção de dados no campo e os custos elevados da pesquisa, optou-se pela escolha da amostra, utilizando o estabelecimento de cotas, de acordo com os seguintes critérios:

- Classificação do universo das 633 unidades de produção de acordo com suas áreas, segundo os procedimentos adotados pela Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal (PREFEITURA, 1996). Foram considerados, no quarto estrato, os valores de $50,0 < X \leq 88,0$ ha e no quinto estrato, os valores de $88,0 < X \leq 500,0$ ha, permanecendo os demais estratos inalterados em relação à estratificação adotada inicialmente pela Prefeitura Municipal (Tabela 1). Estes valores visam identificar, pelo critério de áreas, de até quatro módulos fiscais, as unidades de produção potencialmente familiares do município. O módulo fiscal da região de Espírito Santo do Pinhal, definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é de 22 hectares. Busca-se atender, a pelo menos, um dos critérios utilizados para o enquadramento e a respectiva Declaração de Aptidão do agricultor como potencial "produtor familiar".
- Distribuição do número de unidades de produção por estrato, determinação da respectiva porcentagem em relação ao universo e o número de unidades de produção amostradas.
- A cota de determinação do número de unidades de produção amostradas foi de 10% (Tabela 1).
- Para a pesquisa de campo foram retiradas, aleatoriamente, as quantidades de unidades de produção amostradas correspondentes a cada estrato do universo, totalizando 63 unidades,

que foram pesquisadas, de acordo com Martins (2001, p. 195-196).

Para a coleta de dados, foram utilizados quatro tipos de questionários: dois de informações gerais e outros dois específicos. Para os conselheiros do CMDR, foram aplicados dois questionários próprios. Para os produtores rurais, foram aplicados outros dois questionários que identificaram também os produtores familiares em potencial.

Os questionários apresentam questões em comum e específicas para os dois públicos pesquisados, conselheiros e agricultores. A técnica adotada foi a da entrevista individualizada e formal, utilizando os questionários como instrumentos para registros das respostas.

A aplicação deste método garante representatividade em termos de comparação das respostas, quantificação e qualificação dos dados e fidelidade dos resultados. Com o procedimento adotado, pode-se reduzir a liberdade do entrevistador e a espontaneidade do entrevistado, mas espera-se um ganho quanto à precisão nas respostas às perguntas pré-concebidas (ALMEIDA, 1989).

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

As características apontadas, mostrando algumas particularidades do município, as funções do conselho, suas dificuldades e facilidades, as formas de participação dos 63 produtores em nível local, contribuíram para identificar o papel do conselho no processo de desenvolvimento sustentável no município.

Os dados do perfil dos conselheiros foram obtidos entre os nove representantes do conselho. Procurou-se alcançar características como sexo, nível de escolaridade e de organiza-

ção, entre outras, que mostrassem, dentro do possível, as características dos conselheiros no exercício de suas funções.

Quanto ao funcionamento do CMDR, buscou-se, neste trabalho, identificar, entre outras características, a forma de ingresso, o cumprimento de objetivos, a participação dos produtores e as principais dificuldades encontradas pelo conselho no desempenho de suas funções (Tabela 2).

Preliminarmente, deve-se esclarecer que o tempo médio de permanência dos conselheiros na administração do CMDR de Espírito Santo do Pinhal foi de 7,6 anos. O mandato normal, recomendado pela legislação, é de dois anos, podendo haver recondução ao cargo uma vez, por igual período (BRASIL, 1995).

Tais fatos vêm ocorrendo, possivelmente, em virtude de um processo de acomodação dos próprios conselheiros e pela baixa participação e cobranças das entidades e pessoas ligadas ao meio rural.

Nota-se, nesse processo, a pouca participação dos produtores na elaboração de propostas, muitas vezes em decorrência da falta de representatividade desse segmento citado e da pouca divulgação do papel do conselho no meio rural.

Os dados obtidos junto ao Conselho indicam a participação predominante dos conselheiros na elaboração do plano em relação às outras instituições, como cooperativa, sindicato, associação e Prefeitura Municipal. No entendimento de Franco (1998), a participação do poder local é condição necessária, embora não suficiente, para o êxito de projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável.

Essas análises mostram o comportamento passivo e consultivo dos produtores, seguidas de iniciativas individuais no encaminhamento e solução dos problemas no meio rural, sem, contudo, caracterizar ações interativas e funcionais com o conselho.

O perfil dos produtores rurais do município de Espírito Santo do Pinhal foi obtido nas 63 unidades de produção, pesquisadas com a aplicação de questionários específicos. Procurou-se alcançar, junto aos produtores, dados como áreas das propriedades, trabalhos empregados na produção, ocupação do solo, entre outras características que retratassem, dentro do possível, a realidade dos produtores do município (Tabela 3).

A análise dos dados mostrou uma certa sintonia quanto ao perfil dos produtores, distribuída nos seis estratos (Tabela 1). Também demonstrou que todos os entrevistados são proprietários. Saliente-se que a média de área das unidades produtivas é de 74,1 hectares.

Por outro lado, os resultados do trabalho sinalizam, por estrato, que as pequenas e médias unidades de produção de até 88,0ha, em número de 518, representando 81,8% do total, ocupam, em quantidades e porcentagens respectivas, uma pequena área do município de 28,7%, enquanto as 115 unidades de produção com áreas acima de 88,0ha representam 18,2% do total, ocupando a maior área do município, com 71,3% (Tabela 1).

Os dados acima indicam uma tendência de maior concentração de terras nessas unidades de produção consideradas médias e grandes, pertencentes aos estratos de maiores áreas.

Os resultados mostram que somente 27,0% dos produtores residem no meio rural. Considerando-se apenas o total do trabalho familiar e da mão-de-obra permanente, 15% são executados pela família e os 85% restantes, provenientes da mão-de-obra permanente.

O crédito rural foi acessado por 47,6% dos produtores entrevistados, sendo que, destes, 39,8% usam o crédito corrente, 7,8% usam a modalidade especial PRONAF e a maioria (52,4%) não utilizou créditos para financiar suas atividades agropecuárias no ano agrícola analisado no município (Tabela 3).

Essa pequena adesão ao PRONAF pode estar ligada ao fato de que somente 27,0% dos produtores residem no meio rural, sendo que, apenas 31,8% desenvolvem atividades exclusivamente agropecuárias, com pouco uso da mão-de-obra familiar, o que impede a maioria de ser enquadrada na condição de agricultor familiar e, também, devido à pouca divulgação desta modalidade de crédito junto a esse público-alvo.

Conforme relata Cardoso (2001), para esta modalidade de crédito PRONAF, houve naturais dificuldades de implantação na fase inicial, no Brasil, devido ao pouco conhecimento acerca do programa, bem como pela demonstração de pouco interesse, nessa etapa, por parte dos agentes financeiros. Porém, gradualmente, ainda com alguns entraves, o programa passou a ter desenvolvimento.

TABELA 2 - Funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Síntese das Respostas dos Conselheiros, Município de Espírito Santo do Pinhal, 2001

Características	Número	Porcentagem
Formas de ingresso no CMDR:		
Por eleição	1	11,11
Por indicação	8	88,89
O CMDR cumpre com seus objetivos:		
Sim	1	11,11
Não	2	22,22
Em parte	6	66,67
Aceita solicitações e sugestões dos produtores:		
Sim	3	33,34
Não	5	55,56
Não sabe	1	11,10
A legislação atende o conselho:		
Sim	4	44,44
Não	1	11,12
Em termos	4	44,44
Contribui para o desenvolvimento rural sustentável:		
Concorda totalmente	1	11,11
Concorda em parte	8	88,89
Finalidades do CMDR:		
Cumprir exigências legais	2	22,22
Receber verbas públicas	1	11,11
Atender o setor rural	6	66,67
Origem das propostas para o CMDR:		
Dos próprios conselheiros	4	44,45
Dos técnicos da área	2	22,22
Dos produtores rurais	1	11,11
Das autoridades do setor	2	22,22
Participação no CMDR para a elaboração do PMDR:		
Dos membros do conselho	8	88,89
Da Prefeitura Municipal	1	11,11
Participação dos produtores no conselho:		
Passiva - recebe informações	4	44,45
Consultiva - sem interação	4	44,45
Decisões próprias - individual	1	11,10
Mecanismos usados pelo CMDR:		
O PMDR	6	66,67
O cumprimento das leis	2	22,22
As reivindicações dos produtores	1	11,11
Causas das dificuldades do CMDR:		
Falta de participação dos produtores	2	22,22
Interferências políticas	1	11,11
Falta de executores	5	55,56
Falta de continuidade das ações	1	11,11

Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa

A análise sobre o funcionamento do CMDR envolve um conjunto de questões que teve como objetivo levantar, junto aos produtores, suas percepções sobre desenvolvimento rural sustentável local. Dentre elas, são destacadas as finalidades do conselho, os critérios mais utilizados para o estabelecimento de prioridades para o setor rural, a participação das entidades na elaboração do PMDR e dos produtores na construção de propostas e no acompanhamento das soluções, os mecanismos que o CMDR utiliza para articular as forças locais ligadas ao setor rural e

as dificuldades encontradas pelo conselho na execução de suas atividades (Tabela 4).

À medida que aumenta a área das unidades de produção, observa-se um grau de conhecimento maior dos produtores sobre as questões vinculadas ao CMDR.

Percebe-se que a maioria dos produtores rurais desconhece a existência do conselho. Evidentemente, esse fato leva também os produtores a desconhecerem os objetivos, forma de constituição e sistema de funcionamento do conselho.

Esta realidade pode ser observada nas

TABELA 3 - Perfil dos Produtores Rurais, Município de Espírito Santo do Pinhal, 2001

Características	Número	Porcentagem
Residentes nas unidades de produção:		
Não	46	73,02
Sim	17	26,98
Formas de trabalhos na unidade de produção:		
Familiar	60	15,00
Permanente	340	85,00
Desenvolvimento de atividades econômicas:		
Não-agrícolas	59	93,65
Agrícolas	4	6,35
Nível de organização:		
Cooperativa	40	63,49
Sindicato	24	38,09
Associação	12	19,05
Conselho agrícola	3	4,76
Nenhuma	17	26,98
Uso de crédito rural:		
Não	33	52,40
Sim	30	47,60
Corrente	26	39,80
Especial	4	7,80
PRONAF	-	-
Atividade rural exclusiva:		
Sim	20	31,75
Não	43	68,25
Comércio, aposentado, outras	-	-

Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa.

TABELA 4 - Funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Síntese das Respostas dos Produtores Rurais, Município de Espírito Santo do Pinhal, 2001 (continua)

Características	Número	Porcentagem
O CMDR cumpre os objetivos:		
Sim	6	9,52
Não	2	3,17
Em parte	20	31,75
Não sabe	35	55,56
Recebe solicitações e sugestões dos produtores:		
Sim	9	14,29
Não	12	19,05
Não sabe	42	66,66
A legislação atende às necessidades do conselho:		
Sim	11	17,46
Não	1	1,59
Em termos	11	17,46
Desconhece o assunto	40	63,49
Contribui para o desenvolvimento rural sustentável:		
Concorda totalmente	6	9,52
Concorda em parte	55	87,31
Desconhece o assunto	2	3,17
Finalidades do CMDR:		
Cumprir exigências legais	6	9,52
Receber verbas públicas	3	4,76
Atender o setor rural	53	84,13
Atender outras finalidades	1	1,59
Origem das propostas para o CMDR		
Dos próprios conselheiros	11	17,46
Dos técnicos da área	22	34,92
Dos produtores rurais	27	42,86
Das autoridades do setor	3	4,76

Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa.

TABELA 4 - Funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Síntese das Respostas dos Produtores Rurais, Município de Espírito Santo do Pinhal, 2001 (conclusão)

Características	Número	Porcentagem
Participação no CMDR para elaboração do PMDR:		
Dos membros do conselho	38	60,32
Dos técnicos da área	15	23,81
Dos produtores rurais	7	11,11
Das entidades do setor	1	1,59
Da Prefeitura Municipal	2	3,17
Participação dos produtores no CMDR:		
Passiva - recebe informações	30	47,61
Consultiva - sem interação	8	12,70
Interativa - cooperativa	1	1,59
Decisões próprias - individual	24	38,10
Mecanismos usados pelo CMDR na articulação:		
O PMDR	36	57,14
As verbas públicas	1	1,59
O cumprimento de leis	14	22,22
As forças locais	1	1,59
As reivindicações dos produtores	11	17,46
Causas das dificuldades do CMDR:		
Falta de participação dos produtores	32	50,79
Interferências políticas	4	6,35
Falta de executores	18	28,57
Falta de divulgação	5	7,94
Falta de continuidade das ações	4	6,35

Fonte: Elaborada a partir de dados da pesquisa.

manifestações de alguns produtores: *“temos conhecimento da existência do conselho, mas desconhecemos as ações por ele realizadas no município”*. Por outro lado, um produtor relatou o seguinte: *“conheço a existência do conselho e as atividades realizadas na conservação das estradas rurais do meu bairro”*.

Os projetos e ações propostas por órgãos ou instituições externas nem sempre atendem às necessidades locais; essas atividades devem nascer da participação conjunta da própria comunidade. De acordo com o chefe da Casa da Agricultura de Espírito Santo do Pinhal, *“as ações locais devem ser coordenadas pelas entidades do setor, que têm maiores conhecimentos dos problemas rurais, enquanto as ações de origens externas, como campanha da vacinação bovina, devem ser adequadas à realidade do município e executadas atendendo aos interesses e anseios dos produtores e da sociedade”*.

Na visão de Martin (1998), a participação dos diferentes segmentos representativos do município deve ser constante, iniciando na definição das demandas, nas escolhas das prioridades e na execução, fiscalização e avaliação do plano. Essa visão não é totalmente aplicada na realidade dos produtores analisados, que centralizam estes procedimentos nos conselheiros e técnicos.

No PMDR, aprovado pelo conselho de Espírito Santo do Pinhal e em fase de execução, consta a divisão da área total do município em quatro quadrantes, estrategicamente definidos, envolvendo todos os bairros rurais, sendo que, para cada quadrante, está prevista a criação de uma associação de produtores rurais. Com a descentralização das ações do conselho, são realizadas reuniões periódicas nestes bairros rurais, com a participação dos produtores e seus familiares. Destas reuniões resultou a criação, em um dos quadrantes, de uma associação legalizada e em funcionamento. A constituição da segunda associação está em fase de discussão e, em breve, deverá ser também criada e legalizada. Assim que a associação constituída vai tomando-se auto-suficiente, o conselho retoma o processo no quadrante seguinte, até completar a formalização das quatro associações, previstas para conclusão em médio prazo, de aproximadamente um ano de atividades (CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 1998-2001).

A mencionada estratégia vem contribuindo de forma decisiva para aumentar a participação dos produtores e das entidades do setor nas ações do conselho, na discussão e condução da política agrícola e nas reivindicações locais do meio rural.

Os resultados da pesquisa exibem as principais ações do CMDR que têm contribuído para o desenvolvimento do município, como a elaboração do PMDR, a implantação da patrulha mecanizada rural, a criação do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIMPOA) e a organização dos produtores.

Outra possível medida, para alavancar o desenvolvimento rural, seria o estabelecimento de convênios com centros oficiais de pesquisas e ONGs, integrando os agricultores através da extensão rural. Os PMDRs devem prever a atuação de pesquisadores, desde o processo de diagnóstico até a geração ou adequação das pesquisas voltadas ao desenvolvimento sustentável do meio rural, estendendo estas medidas ao longo de toda a cadeia produtiva, principalmente para a agricultura familiar e para as pequenas e médias agroindústrias.

4 - CONCLUSÕES

Este trabalho mostrou que a forma de ingresso dos representantes da sociedade no CMDR é realizada, em sua maioria, pelo processo de indicação direta das entidades e não por eleição. Mostrou também que é longa a permanência dos conselheiros, dos diversos segmentos, no conselho.

Entretanto, a SAA define que o mandato deve ser de dois anos, com a possibilidade de uma reeleição. Portanto, é recomendável que o período previsto seja respeitado, adotando um processo de eleições diretas para indicação dos conselheiros, dando, assim, oportunidades para o aparecimento de novas lideranças no meio rural e, ao mesmo tempo, possibilitando a participação de jovens no conselho.

O conselho foi criado, inicialmente, para atender exigências legais com o objetivo de receber verbas públicas. No entanto, com a sua implantação e organização do plano municipal, passou a constituir um canal de participação da comunidade na identificação e definição de prioridades, visando promover o desenvolvimento do

meio rural.

As principais dificuldades encontradas pelo conselho na elaboração e acompanhamento da execução do PMDR estão vinculadas, em parte, à falta de cumprimento dos objetivos pelo conselho, ao desconhecimento e à pouca participação dos produtores rurais, à falta de executores, à falta de divulgação e à falta de continuidade das ações programadas.

Os conselheiros e produtores apontam o PMDR como principal instrumento facilitador para o desenvolvimento do município, no sentido de estimular e articular as propostas de mudanças com o controle da sociedade.

Os resultados observados no município, em especial quanto à falta de conhecimento e de participação dos produtores, indicam a necessidade de um sistema de orientação educacional e tecnológica por meio de palestras e cursos voltados para o atendimento das necessidades dos conselheiros e agricultores, com enfoque sobre o papel do conselho na sociedade e a sua missão para articular o processo de desenvolvimento rural sustentável.

A estratégia adotada pelo CMDR para a organização dos produtores, por bairros rurais, com bons resultados no município estudado, poderia ser adaptada e experimentada em outros municípios, com a devida coordenação do conselho.

As diretrizes e ações definidas nos planos, pelos conselhos de cada município, poderiam ser analisadas nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural (CRDRs) e, de forma sistematizada, constituiriam instrumentos importantes para as políticas agrícolas no Estado de São Paulo, uma vez considerado o conjunto dos municípios.

É fundamental que cada município tenha o seu PMDR, mas não se pode ter a ilusão de que somente o uso de forças locais é suficiente para viabilizar este processo. É necessário que o plano local seja integrado e sustentado em nível microrregional, estadual e federal, de modo que cada nível deve executar o papel básico de agente promotor e regulador do desenvolvimento econômico e social, com sustentabilidade.

LITERATURA CITADA

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília: MEC/ ABEAS, 1989. 182 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. São Paulo: IMESP, 1988. 48 p.

Informações Econômicas, SP, v.34, n.1, jan. 2004.

BRASIL. Decreto 40.103, de 25 de maio de 1995. Dispõe sobre a Organização do Sistema Integrado de Agricultura e Abastecimento. São Paulo: **Diário Oficial do Estado**. São Paulo, 26 maio 1995. Seção 1, p. 1-2.

_____. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Autodenominada estatuto da cidade. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 de jul. 2001.

CARDOSO, J. L. **Política de financiamento rural**: antecedentes e perspectivas. Campinas: UNICAMP/FEAGRI, 2001. 13 p.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL. **Casa da Agricultura de Espírito Santo do Pinhal**. Atas das reuniões realizadas de nov. 1998 a maio 2001, n. 13 a 23, Livro 01, p. 18-32.

FERREIRA, J. A. **Papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural**: a experiência de Espírito Santo do Pinhal. 2002. 130 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

FRANCO, A. de. Desenvolvimento local integrado e sustentável: dez conceitos. **Proposta**, São Paulo, n. 78, p. 6-19, 1998.

FUNDAÇÃO FARIA LIMA. **Conselho municipal de desenvolvimento rural**: orientação para o município. São Paulo: CEPAM, 1994. 41 p. (Série Manuais, 6).

MARTIN, N. B. Subsídios para elaboração de Plano Diretor Agrícola Municipal. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 33-44, abr. 1998.

MARTINS, G. de A. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Atlas, 2001. 224 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural**. Espírito Santo do Pinhal, 1996. 18 p.

PAPEL DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL: a experiência de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo

RESUMO: O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) constitui um amplo canal de participação da comunidade na definição de prioridades, na coordenação das ações técnicas e educacionais para o meio rural. Por isso, este trabalho procura analisar de que maneira as funções do conselho são executadas, usando como principais instrumentos a articulação das forças locais, a elaboração, a coordenação, a fiscalização e a avaliação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR). Os dados primários, levantados junto aos conselheiros e aos produtores rurais do município, foram analisados de forma descritiva e comparativa. Os resultados mostram que as dificuldades encontradas pelos conselheiros estão vinculadas à falta de participação efetiva dos produtores, à falta de maior orientação ou mesmo de treinamento quanto ao papel dos próprios conselheiros e na definição do nível de governabilidade do conselho. Estes fatos indicam a necessidade de treinamento dos conselheiros, bem como dos produtores rurais. Esta orientação deverá enfatizar, principalmente, a missão do conselho na sociedade, envolvendo a participação interativa da comunidade do município.

Palavras-chave: comunidade, conselho, desenvolvimento sustentável, município, produtores rurais.

THE ROLE OF THE RURAL DEVELOPMENT MUNICIPAL COUNCIL: the experience of Espírito Santo do Pinhal, São Paulo State

ABSTRACT: The Rural Development Municipal Council (CMDR) is a wide channel for community participation both in the definition of priorities and in the coordination of the technical and educational actions for the rural area. Accordingly, the present research tries to analyze how the council per-

forms its duties, using as main instruments the articulation of the local forces, as well as the elaboration, coordination, supervision and evaluation of the Rural Development Municipal Plan (PMDR). The primary data drawn from counsellors of the productive units of the municipal district were analyzed in descriptive and comparative ways. The results demonstrate that the difficulties experienced by the counsellors arise, on the one hand, from a lack of effective participation of the participants and, on the other, from a lack of additional guidance/training regarding the role of the counsellors themselves and the definition in the council's level of governability. Thus, these facts indicate the need for training both counsellors and rural producers. This orientation should mainly focus on the mission of the council in the society, involving an interactive participation of the town's community.

Key-words: *community, council, sustainable development, municipal district, rural producer.*

Recebido em 09/09/2003. Liberado para publicação em 31/10/2003.